



**VIDERE**

V. 14, N. 31, SET-DEZ. 2022

ISSN: 2177-7837

Recebido: 19/08/2022.

Aprovado: 17/12/2022.

Páginas: 274 - 295

DOI: 10.30612/videre.v14i31.v14i31.16949

\*

Universidade Federal do  
Paraná-UFPR

opuszkaadv@gmail.com

OrcidID: 0000-0002-6105-2W272

\*\*

Pontifícia Universidade  
Católica do Paraná-PUC-PR -  
Doutorando em teologia.

poesiaemilitancia@yahoo.com.br

OrcidID: 0000-0001-5975-4438



# SUSTENTABILIDADE E DIREITOS HUMANOS: DO CONSUMISMO DESREGRADO AO CONSUMO CONSCIENTE

SUSTAINABILITY AND HUMAN RIGHTS:  
FORM UNRULY CONSUMERISM TO  
CONSCIOUS CONSUMPTION

SOSTENIBILIDAD Y DERECHOS HUMANOS:  
DEL CONSUMISMO REBELDE AL  
CONSUMO CONSCIENTE

PROFESSOR DR. PAULO RICARDO OPUSZKA\*

PROFESSOR ME. JOÃO FERREIRA SANTIAGO\*\*

## RESUMO

O presente artigo apresenta uma reflexão teológica de caráter crítico sobre a relação entre Sustentabilidade, Direitos Humanos e consumo. Confronta o consumo necessário à existência humana, negado a grande parcela da população, com o consumismo, este como uma patologia que leva à depredação ambiental e a um paradoxo intrigante: A partir de um referencial cristão de dignidade, de desenvolvimento e de progresso, sobretudo inspirado no Concílio Vaticano II e no Ensino Social da Igreja, confronta uma economia capitalista que mata pessoas e destrói o ecossistema, com enquanto a sociedade atual, tem todas as condições para garantir a dignidade de toda a humanidade, ao mesmo tempo convive com uma multidão de miseráveis, excluída dos Direitos Humanos Fundamentais e com a naturalização da destruição da natureza, comprometendo a diversidade de vidas. Outra economia possível: a economia solidária, fundamentada na autogestão e que propõe uma produção solidária, um comércio justo e um consumo consciente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sustentabilidade. consumo. casa comum. economia. paradoxo

## ABSTRACT

This article presents a critical theological reflection on the relationship between Sustainability, Human Rights and consumption. It confronts the consumption necessary for human existence, denied to a large part of the population, with consumerism, the latter as a pathology that leads to environmental depredation and intriguing paradox: based on a Christian framework of dignity, development and progress, especially inspired by the Second Vatican Council and the Social Teaching of the Church, it confronts a capitalist economy that kills people and destroys the

ecosystem, while today's society has all the conditions to guarantee the dignity of all humanity, at the same time coexisting a multitude of miserable people, excluded from Fundamental Human Rights and with the naturalization of the destruction of nature, compromising the diversity of lives. Another possible economy: the solidarity economy, based on selfmanagement and which proposes solidarity production, fair trade and conscious consumption.

**KEYWORDS:** Sustainability. Consumption. common house. Economy. paradox

## RESUMEN

Este artículo presenta una reflexión teológica sobre la relación entre Sostenibilidad, Derechos Humanos y Consumo. Enfrenta el consumo necesario para la existencia humana, negado a gran parte de la población, este último como una patología que conduce a la depredación ambiental y una intrigante paradoja: basado en un marco Cristiano de dignidad, desarrollo y progreso, especialmente inspirado en el Concilio Vaticano II y la Doctrina Social de la Iglesia, se enfrenta a una economía capitalista que mata a las personas y destruye el ecosistema, mientras que la sociedad actual tiene todas las condiciones para garantizar la dignidad de toda la humanidad conviviendo al mismo tiempo con multitudes de miserables, excluidos de los Derechos Humanos Fundamentales y con la naturalización de la destrucción de la naturaleza, comprometiendo la diversidad de vidas. Otra economía posible: la economía solidaria, basada en la augestioón y que propone la procción solidaria, el comercio justo y el consumo consciente.

**PALABRAS CLAVE:** Sostenibilidad. consumo. casa comum. economia. paradoja.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo reflete sobre a relação entre desenvolvimento sustentável e Direitos Humanos. Apresenta uma reflexão crítica a partir da teologia cristã. A sustentabilidade é uma palavra que significa mais do que simplesmente cumprir normas e leis. Embora as leis e de modo especial o marco ambiental legal, como se costuma dizer, seja importante e necessário. Acontece que, para além do que se diga nas leis, com relação à sustentabilidade, ela está incondicionalmente implicada com a garantia dos Direitos Humanos Fundamentais, que incluem primeiro e necessariamente, os direitos da terra. Qualquer projeto que se diga sustentável e que relativize o cuidado com a terra e com o conjunto de vidas que a habita, não merece ser denominado sustentável. De maneira especial, a economia vista a partir de uma concepção do desenvolvimento sustentável não pode ser focada apenas no lucro e nos números da produção. É preciso garantir uma produção solidária e acesso ao consumo necessário à sobrevivência digna de todas as pessoas e combater a ideologia consumista que divide a humanidade em dois grupos principais: um é obeso porque consome de mais, a isso se chama consumismo. A outra é obesa porque não come e não pode comer o suficiente para viver. Uma pequena parcela, toma remédios para queimar o excesso de calorias que ingere, a outra, sequer consegue ingerir as calorias diárias necessárias que o corpo pede. O modelo de produção predatório e que ignora o planeta terra como a casa comum à todas as espécies, trata tudo como coisa: coisas não tem direitos, nem dignidade e são descartadas quando não têm mais utilidade. Nenhum argumento ou nenhuma justificativa torna aceitável que a vida, seja qual vida for, seja tratada como uma coisa. Este artigo chama a atenção para o paradoxo que envolve a sociedade atual, que tem todos os meios objetivos, científicos e técnicos para garantir o Bem-Viver de toda a população do mundo e preservar a natureza resguardando os direitos das próximas gerações,

e ver crescer a multidão de famintos e a devastação do ecossistema. Mas ainda há tempo para mudar a lógica predatória. Ainda há lugar para a esperança. O caminho já é conhecido: o cuidado.

## 2 O PARADOXO A PARTIR DE UMA LEITURA TEOLÓGICA

Vivemos um paradoxo nesse início da segunda década de século XXI, cujas consequências já são vistas sem a necessidade de muitos esforços ou de ajuda de lentes. Evidentemente que este não é um fato pontual, circunscrito apenas a este período, mas a manifestação de uma sucessão de práticas equivocadas, sobretudo nos últimos dois séculos, a começar contra o planeta terra. Ainda falta à sociedade moderna a conscientização com relação à quantidade de lixo produzido, à sua destinação e às consequências causadas ao planeta e seus habitantes.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB -, através da Campanha da Fraternidade de 2016, apresenta importantes pistas e aponta caminhos para a superação deste problema. Inclusive indica o quanto as questões ambientais, sobretudo relacionadas ao lixo, estão ligadas diretamente ao processo de urbanização. “Alguns números da geração de resíduos sólidos (lixo) e sua destinação: o Brasil gera cerca de 150.000 toneladas diárias de resíduos sólidos; as 13 maiores cidades do país são responsáveis por 31,9% de todos os resíduos sólidos no ambiente urbano brasileiro”. (CNBB, 2015, nº 51). A produção e o acúmulo de lixo, assim como a devastação ecológica é um fenômeno relacionado com o processo de urbanização.

Uma das características das cidades, que competem inclusive com seus portais de boas vindas e, embora sejam “escondidos”, afrontam os seus cartões postais, são os lixões. Toda cidade, independente de seu número de habitantes, possui o seu lixão, embora nas grandes cidades este verdadeiro “Sheol”, ou “Hades”, imagem bíblica correspondente ao inferno, seja alarmantemente mais ameaçador à comunidade de vida. As imagens associadas a este lugar são com a morada dos mortos (Gn 37,35; 42,38; 44,29), ao desprezo ao Senhor (Nm 16,30), ao sofrimento e à morte (Nm 16,33), um fogo destruidor (Dt 32,22), que destrói a terra e seus frutos. Os lixões aqui tratados, representam com esmero a mentalidade consumista que gera o consumismo como forma desequilibrada de viver; nega o direito ao consumo necessário à vida, sobretudo dos mais pobres; e literalmente consome, no sentido de destruir ou ao menos tornar distantes as possibilidades de vida em abundância para toda a comunidade de vida. E isto porque envenena a terra, asfixia suas veias e brutaliza a vida ao seu redor. Essa imagem chegou ao Segundo Testamento, referindo-se às cidades que ignoram a Palavra de vida e não se convertem, especialmente a Cafarnaum (Lc 10,15); e relacionada aos ricos, não simplesmente por serem ricos, mas por serem arrogantes e consumistas (Lc 16,23).

A questão da sustentabilidade deve fundamentar-se nos Direitos Humanos Fundamentais que iniciam com os Direitos da Terra. Assim sendo, a alternativa ao inferno presente nos lixões, onde frequentemente seres humanos destituídos de toda dignidade e de toda a humanidade, uma vez que lhes são negadas, trabalham, se alimentam e muitos deles até vivem lá, são os Aterros Sanitários. E o que são os Aterros Sanitários?

**Aterro sanitário:** instalação de destinação final dos resíduos sólidos urbanos através de sua adequada disposição no solo, sob controles técnico e operacional permanentes, de modo a que nem os resíduos, nem seus efluentes líquidos e gasosos, venham a causar danos à saúde pública e/ou ao meio ambiente. Para tanto, o aterro sanitário deverá ser localizado, projetado, instalado, operado e monitorado em conformidade com a legislação ambiental vigente e com as normas técnicas oficiais que regem essa matéria (IBGE, 2010). (CNBB, 2015, nº 52).

Se nos lixões, por um lado, o egoísmo, a ganância e o consumismo se expressam excluindo e matando pessoas e, sobretudo fontes de água, no Aterro Sanitário, ao contrário, o caos ganha ordem e a vida respira sem máscaras. Um paradoxo que se faz presente neste caso, é o fato de que, embora existam legislação, normas e diretrizes que não apenas sugerem ou regulamentam, mas exigem a prática de Aterros Sanitários, ainda são os lixões que predominam.

Segundo Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008 do IBGE (divulgada em 2010), do total de resíduos sólidos coletados diariamente, 50,8% foram levados para lixões 21,5% para aterros controlados e 27,7% para aterros sanitários. Portanto, no mínimo 72,3% dos resíduos são depositados de forma inadequada. Isso porque os aterros controlados não são locais ambientalmente adequados para a disposição final dos resíduos. A fragilidade dos aterros controlados gera os mesmos problemas dos lixões. (CNBB, 2015, nº 53).

O Estado em suas três instâncias, municipal, estadual e federal, é o maior responsável pela devastação ambiental e pelas consequências causadas por ela nas comunidades de vida e no planeta. Embora sejam projetos privados que frequentemente causem devastação. Por não aplicar as legislações, sobretudo a fiscalização, punir com os rigores da lei os infratores e, sobretudo por não executar as políticas públicas conforme sugere a legislação e não promover campanhas educativas adequadas e suficientes. Estudos estimam que os gastos com doenças e mortes causadas diretamente pela falta de saneamento básico, por exemplo, ultrapassam aquelas cifras estimadas para a prevenção. “O *Ranking* do Saneamento” do Instituto Trata Brasil de 2015, com base nos dados oficiais do Ministério das Cidades de 2013, calculou que as 26 capitais e o Distrito Federal lançaram 1.164 milhões de m<sup>3</sup> de esgoto sem tratamento na natureza”. (CNBB, 2015, nº 47). A garantia de consumo necessário de alimentos, de lazer, cultura e qualidade de vida, assim como do Bem-Estar da população depende de políticas públicas de qualidade.

## 2.1 Os sinais de um contraste que revelam as contradições e o paradoxo do mundo atual

Ainda na segunda metade do século passado, com o acontecimento do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), no seu Documento Pastoral, *Gaudium et Spes* – GS - (Alegria e Esperança), constatava-se que, “O mundo atual apresenta-se assim simultaneamente poderoso e débil, capaz do melhor e do pior, tendo patente diante de si o caminho da liberdade ou da servidão, do progresso ou da regressão, da fraternidade ou do ódio”. (GS nº 9). Deslumbrado, talvez atônito, diante de tantas possibilidades, conclui o Documento Conciliar. “E o homem torna-se consciente de que a ele compete dirigir as forças que suscitou, e que tanto podem esmagar como servir. Por isso se interroga a si mesmo”. (GS nº 9). A humanidade não quer entender que tudo o que se faz à terra, volta-se contra quem o fez. E continua usando as forças que tem, por vezes até a ciência e não raro as religiões, para esmagar.

Alcançamos altos níveis de desenvolvimentos: científicos, tecnológicos, econômicos, de produção e de produtividade, inclusive no transporte e nas comunicações, mas não conseguimos ainda, sequer, reconhecer a importância de se garantir o acesso e o consumo do que se produz de forma equânime à toda a população da terra. Este é o grande paradoxo. Antes, vê-se de forma flagrante, o aumento assustador na concentração das riquezas nas mãos de minorias cada vez mais restritas e agigantarem-se as multidões de pessoas, comunidades, etnias e nações, sem o mínimo para sobreviver. Sem o acesso nem mesmo ao consumo mínimo, sequer, de calorias diárias necessárias para alimentar seus corpos. Destas, muitas não têm acesso nem a água potável. O Texto Base da Campanha da Fraternidade de 2016 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB -, com o tema, Casa comum, nossa responsabilidade, lembrava que, “A Resolução n. 64/292, de 28 de julho de 2010, da Assembleia Geral da ONU, reconhece formalmente o direito à água e à disposição do esgoto sanitário como algo essencial para a concretização de todos os direitos humanos”. (CNBB, 2015, nº 35). Existe um paradoxo também com relação ao acesso e ao consumo de água pela população brasileira e mundial. Não obstante a constatação e a denúncia da Organização das Nações Unidas – ONU -, estas são causas que se expressam em consequências graves e não raro, letais.

Milhares de pessoas no mundo se tornam mais suscetíveis a doenças como: diarreia – a segunda maior causa de mortes ente crianças abaixo dos cinco anos -, cólera, hepatite e febre tifoide, por conta de condições precárias de disposição do esgotamento sanitário, água e higiene. (...) Estudos estimam que uma criança morre a cada 2,5 minutos por não ter acesso à água potável, por falta de redes de esgotos e por falta de higiene. Crianças com diarreia comem menos e são menos capazes de absorver os nutrientes dos alimentos, o que as torna ainda mais suscetíveis á doenças relacionadas com bactérias. O problema se agrava, pois as crianças mais vulneráveis á diarreia aguda também não têm acesso a serviços de saúde capazes de salvá-las. (CNBB, 2015, Nº 36/37).

Como falar de Direitos Humanos nestas condições? Sim, é preciso e urgente que, não apenas se fale, mas é imperativo que se refaça a pergunta para, como não falar de Direitos Humanos frente à esta calamidade de exclusão, de negação ao consumo de itens essenciais, como a ONU assim o reconhece? “E há a população em situação de rua exposta a todos os tipos de precariedades”, (CNBB, nº 45), lembram os Bispos do Brasil, que continuam, “A moradia adequada é reconhecida como um direito universal pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, desde 1948”. (CNBB, 2015, nº 46). Quem não tem acesso a este direito humano básico fundamental está sendo lesado, roubado naquilo que lhe é um direito e uma necessidade vital.

O contraste, a contradição e até mesmo o paradoxo existente envolvendo os Direitos Humanos, a Sustentabilidade do Planeta e a garantia da dignidade da vida e que se expressa com força, está na relação entre consumo e consumismo. Enquanto negligencia-se, naturalizando a negação ao acesso e ao consumo a bens e a Direitos Fundamentais e essenciais, propaga-se o consumismo instigando-se através de propagandas nem sempre verdadeiras, até de supérfluos. Urge uma ação organizada, um projeto de mudança de mentalidade que envolva as políticas públicas, sobretudo através da educação, mas que igualmente envolva e comprometa as igrejas, as associações, os sindicatos e todas as organizações intermédias. Para que se garanta o consumo dos bens essenciais é necessário que se eduque para combater o consumismo e o desperdício. É igualmente necessário que se busque a superação do egoísmo e da indiferença. Tudo o que o ser humano precisa para viver, vem da Terra. Portanto, é de se imaginar que todos os cuidados devem começar pela Terra. A água, os alimentos e, inclusive, o supérfluo vêm da terra.

Forte aliada para a solução do problema de escassez da água potável e sua conservação é a educação ambiental. A formação de uma nova consciência social, política e ecológica comprometida com a preservação das gerações futuras é uma urgência de nossa geração. Ela passa pelo reconhecimento da fragilidade da Terra, dos limites finitos dos recursos naturais, da nossa dependência do ar, da água, da luz, do calor e da afinidade com todas as formas de vida do planeta. A espécie humana deriva da terra e a ela está ligado o seu destino de sobrevivência. (CNBB, 2015, nº 83).

A “cultura” do consumismo desregrado, em certa medida alimentado pela forte ideologia do descartável, sobrepôs-se ao ato de consumir como uma necessidade humana. A ânsia de ter de alguns, nega e frequentemente impossibilita, não apenas o ter, mas o ser de muitos. Dois valores primevos, são relativizados, quando não esquecidos, nestas condições: a sustentabilidade do planeta, como ecossistema Casa Comum de todas as formas de vida, não apenas patrimônio da vida humana; e os Direitos Humanos Fundamentais, que começam pelo direito a ter direitos e pelo respeito e pelo cuidado da Terra, como Mãe e Casa Comum de todos e todas. “Talvez uma primeira abordagem do sentido central de cuidado se encontre na sua filologia. Como os filóso-

fo nos advertem, as palavras estão grávidas de significados existenciais” (BOFF, 2008, p. 90). Enquanto isso, a vida grita! E grita por cuidado. E assim continua Leonardo Boff, “Cuidado significa então desvelo, solicitude, diligência, zelo, atenção, bom trato” (BOFF, 2008, p. 91). A Teologia, no entanto, esperaneia a luta e convida a humanidade para uma reflexão sobre sua práxis. Talvez o paraíso não tenha sido criado, mas proposto por Deus. Afinal, como assevera o Teólogo humanista e ecólogo Leonardo Boff, “O paraíso é uma profecia do futuro retroprojetada para o passado”. (BOFF, 2015, p. 83). Inclusive, destaque-se a importância de ter-se presente a palavra paraíso.

A humanidade mantém-se capaz de construir e de reconstruir o mundo e suas formas de existir. A humanidade continua buscando a beleza e a bondade, embora frequentemente cometa enganos. É significativo e gratificante perceber que sempre que o ser humano se encontra com algo exuberantemente belo ou bom, a sua primeira reação é compará-lo ao paraíso. Isso talvez seja o sinal de que ainda poderemos construir o sonhado e prometido paraíso na terra. Na primeira narrativa da criação no livro do Gênesis (Gn 1,1-2,4), Deus repete por sete vezes a palavra bom, referindo-se à obra criada. Isto, acredita-se, continua valendo.

## **2.2 O grito da terra o antropocentrismo cristão e a necessidade de novas hermenêuticas**

A Terra grita, quando não pelas próprias dores, pelas dores de seus filhos e de suas filhas que sofrem de uma obesidade cruel: uns porque comem em excesso, outros por não terem o que comer; os rios, como artérias que conduzem a seiva da vida, agonizam, sobretudo nas cidades, de modo especial, nas metrópoles que, por sua vez, vendem ilusões e periferizam a vida; as florestas e de forma especial as matas nativas, aos poucos ganham um lugarzinho na história, nos livros e em alguns parques e desaparecem da terra; e com tudo isso, o ar, já não é mais o mesmo e nem sempre se consegue respirá-lo; principalmente já não é mais igual para todos. pode-se afirmar, diante das situações de desequilíbrios e desconfortos, dores, gemidos e gritos, que não se sabe o quanto de veneno é jogado, depositado, pulverizado diariamente na Terra e em suas artérias. Esses venenos vão parar dentro dos alimentos e em seguida nas artérias do corpo humano.

E como se manifestam estes gritos e estes gemidos? O Papa Francisco também grita em sintonia com a terra. “Estas situações provocam gemidos da irmã terra, que se unem aos gemidos dos abandonados do mundo, com um lamento que reclama de nós outro rumo”. (LS nº 53). Diz o Papa na Carta Encíclica *Laudato SI'*. As enchentes e a inundações, bem como os desmoronamentos de encostas e serras, por todos os cantos, não são apenas simples acontecimentos naturais. Inclusive, as enchentes urbanas, sobretudo nas periferias, invadindo casas, barracos e dignidades, porque os

Diretos da Terra foram negligenciados e negados e as consequências são para quem os negou. Embora seja verdade que as populações empobrecidas sejam vitimadas juntamente com a natureza, é a espécie humana quem é punida e responsabilizada. A ganância e o consumismo de alguns, nega o consumo necessário, como Direito Humano Fundamental de multidões, e nega o Direito da Terra, comprometendo assim o Direito à Vida. Não raramente negando-o à muitas espécies. “É a forma como o ser humano se organiza para alimentar todos os vícios autodestrutivos: tenta não vê-los, luta para não reconhecê-los, adia as decisões importantes, age como se nada tivesse acontecendo”. (LS nº 59). O consumo daquilo que é essencial ao ser humano é um Direito e uma necessidade, o consumismo, ao contrário, é uma atitude patológica, egoísta e irresponsável.

Os equívocos e até mesmo os crimes cometidos pela humanidade contra a Terra, estão na raiz de toda a opressão contra a vida, de toda a exclusão e da fome, como um ato que Deus abomina. A Terra é a Casa de Deus e a herança que recebemos, de onde tiramos o nosso sustento e que a devemos cuidar para que seja herdada por nossos filhos e pelos filhos de nossos filhos. “A terra não será vendida em caráter perpétuo, pois a terra é minha; não passais de migrantes e moradores na minha propriedade” (Lv 25,23<sup>1</sup>). A visão do ser humano com relação à criação carece de uma atualização, para que se possa preservar a diversidade de vida para que as gerações futuras as conheçam.

O conjunto do universo, com suas múltiplas relações, mostra melhor a riqueza inesgotável de Deus. Santo Tomás de Aquino sublinhava, sabiamente, que a multiplicidade e a variedade “provém da intenção do primeiro agente”, o qual quis que “o que falta a cada coisa, para representar a bondade divina, seja suprido pelas outras”, pois a sua bondade “não pode ser convenientemente representada por uma só criatura”. Por isso, precisamos individuar a variedade das coisas nas suas múltiplas relações. Assim, compreende-se melhor a importância e o significado de qualquer criatura, se a contemplarmos no conjunto do plano de Deus. Tal é o ensinamento do catecismo: “A interdependência das criaturas é querida por Deus. O sol e a lua, o cedro e a florzinha, a águia e o pardal: o espetáculo das suas incontáveis diversidades e desigualdades significa que nenhuma criatura se basta a si mesma. Elas só existem na dependência umas das outras, para se completarem mutuamente no serviço umas das outras”. (LS nº 86).

Somos interdependentes e o somos por vontade do Criador. Porém, ainda existem razões mais urgentes e emergentes para que tenhamos consciências desta realidade relacional entre nós e a totalidade da criação: primeiro, as gerações futuras têm o direito de ter e contemplar um cedro, uma florzinha e um pardal; segundo, é o nosso dever e faz parte da nossa aliança com Deus, além de ser uma condição para que garantamos as condições ideais para a vida de nossos descendentes, preservar abelhas

---

1 Bíblia, Livro do Levítico, capítulo 25 versículo 23..

fazendo mel e flores diversificadas para que o mel seja também de vários sabores; terceiro, nós somos os maiores consumidores entre toda a criação.

De formas diversas e em fases diferentes, nós consumimos praticamente de tudo o que existe na terra e nos mares. E ainda mais, nós usamos indevidamente as outras espécies e nos tornamos frequentemente seus algozes. Quando nos divertimos com o sofrimento delas. Nas formas de tortura que dizemos ser: pesca esportiva; rinha de galos; festa de rodeio, entre outras. Estas são formas indignas de consumo que entram na classificação de consumismo. Nós também ateamos fogo nas florestas e ignoramos absolutamente o fato de tratar-se da casa de alguém. E de muitas vidas! Agimos como se os animais, as florestas, os rios e a própria terra, não tivessem direitos. Em certa medida o ser humano é refém de sua própria arrogância e quer ser não apenas o centro, mas o sentido e o dono de tudo. É a teologia que nos alerta e nos convida à uma reflexão que mude esta realidade.

A versão dominante do cristianismo é antropocêntrica. Tudo é centrado no ser humano. Para ele é a salvação. Ele sozinho é que tem futuro. Quando se ouviu falar da encarnação do Verbo e da espiritualização do Espírito transfigurando as estrelas, atingindo as montanhas, assumindo as plantas e incorporando os animais? Quando se ouviu falar da ressurreição da flora com suas plantas flores e gramíneas e da fauna com seus animais vertebrados e invertebrados e micro-organismos e do cosmo inteiro com suas galáxias, sistemas estelares e planetas? Perdemos grandemente o caráter sacramental da matéria e a transparência de todas as coisas, porque conhecemos pouco as coisas ou porque desconsideramos a importância do conhecimento das coisas para conhecer Deus. “BOFF, 2015, p. 381).

Esta situação ganha expressividade quando associada ao dado do último censo que aponta para mais de 80 por cento da população brasileira que se auto declara cristã. Embora revele igualmente um paradoxo, este dado corrobora a citação do teólogo Leonardo Boff sobre o antropocentrismo cristão. Ao colocar-se a si mesmo como centro da criação, ao assumir a autorreferencialidade, o ser humano dá-se o direito de fazer de todas as outras espécies objetos de seu uso e mais que para seu consumo, para seu bel-prazer. A narrativa de (Gn 1,28-31), ao orientar sobre a relação que deverá existir entre o ser humano e toda a criação tem sido interpretada a partir dos interesses humanos e com este não apenas no centro (antropocentrismo), mas no comando.

As novas hermenêuticas que fazem nascer novas teologias, novas práticas pastorais e o fazem a partir de uma interpretação consequente, madura e responsável dos textos bíblicos, são importantes para que haja uma nova relação. Mais horizontal, fraterna e de interdependência. Interpretar o texto levando-se em conta o seu contexto e atualizando-o como Palavra de Deus, demonstra quão abominável é o uso consumista das espécies como vem sendo feito. É o ser humano que vem exterminando as espécies, gerando um grave desequilíbrio no ecossistema e ferindo o direito à vida que é de todas as espécies. São, neste caso, os verbos dominar e submeter que estão no centro da questão.

A chamada cultura ocidental, de matriz grega, caiu na armadilha de pensar que a tarefa que Deus dá ao ser humano de “submeter a terra e dominar sobre os peixes do mar e sobre as aves do céu e sobre todo animal que se move sobre a terra” (Gn 1,28), significa que o homem, imagem de Deus, é, como Deus, o dono de tudo, o elemento mais importante da natureza, o centro da criação. Movidos por esta “teo-ideologia”, acabamos por teorizar que todo o existente tem sentido quando orientado para nós e que nós podemos fazer com a natureza tudo o que quisermos: pois só nós, humanos, temos alma; todo o resto que existe é “inanimado”. (GALLAZZI, 2017, p. 36).

Um cristianismo antropocêntrico só pode interpretar os textos, assim como a história e os fatos a partir de si mesmo e de seus interesses. E os interesses têm levado a humanidade a desrespeitar os direitos alheios, à indiferença e tudo isso o deixa a um passo da manipulação da vida e da naturalização do consumismo. Nas palavras do teólogo Sandro Gallazzi, “O ato de “submeter a terra” legitimou a propriedade privada, a concentração das riquezas e a violência exploradora e assassina de todas as vidas”. (GALLAZZI, 2017, p. 37). Dominar e submeter, conforme ensinam as novas hermenêuticas, é dentro do paradigma do cuidado e do amor. Agora que já se sabe, ainda dá tempo para corrigir a interpretação equivocada.

### **3 POR OUTRA ECONOMIA QUE DEFENDA O PLANETA E GERE VIDA**

Seria demasiado exagerado afirmar-se que todos os sofrimentos impostos à vida e ao planeta como um todo são exclusivamente por causa da economia. Mas seria uma alienação e quem sabe até um pecado grave ignorar ou negar que o modelo econômico adotado em nosso país e em praticamente todo o mundo, é o principal responsável pelos desmantelos do mundo? Cremos que não. A partir apenas de um olhar panorâmico sobre o mundo, olhando de longe as escolhas dos grandes investimentos, as prioridades e as decisões econômicas, já se vê o suficiente para obter-se uma resposta para esta questão: a economia atual mata!

O quanto se investe em guerras e tendo-as como justificativa, em armas e munições? Quanto se gasta em segurança tendo como justificativa o enfrentamento e a superação da violência? Os resultados de ambas as ações frequentemente são, mas guerras e mais violências. As vozes que ecoam profeticamente contrárias e denunciando este equívoco continuado, como é o caso do Papa Francisco, nestes últimos tempos, são sinais de que a humanidade possa ainda encontrar outra saída para a guerra, que não seja fazendo outras guerras; outra forma de enfrentar a violência sem ser incentivando e praticando violência. A economia movida pelas guerras e pelas diversas formas de violências que vemos atualmente, não pode gerar desenvolvimento verdadeiro e tampouco, assegurar os Direitos Humanos Fundamentais como casa e comida, por exemplo. O Papa Francisco, o Papa do fim mundo, como ele próprio se apresentou ao mundo ao ser eleito, assim profetiza,

“Digamos não a uma economia de exclusão e desigualdade, onde o dinheiro reina em vez de servir. Esta economia mata. Esta economia exclui. Esta economia destrói a Mãe Terra. A economia não deveria ser um mecanismo de acumulação, mas a condigna administração da casa comum. [...] Uma economia verdadeiramente comunitária – poder-se-ia dizer, uma economia de inspiração cristã – deve garantir aos povos dignidade, prosperidade e civilização em seus múltiplos aspectos”. (HANSEN, 2022, p.2).

Que a profecia do Papa do fim do mundo, signifique em breve, o fim das diversas formas de exclusão; da fome; da escravidão; das guerras e da economia que mata. “O que aqui estamos considerando diz respeito à relação entre religião e direitos humanos, vale também para as religiões o apelo de que “é preciso assumir a perspectiva dos povos e das culturas”. E para isso a espiritualidade tem também importante contribuição a dar”. WOLFF, 2016, p. 71). Trazer presente a espiritualidade significa trazer a mística da vida, a simbologia das múltiplas manifestações do sagrado e anunciar uma economia que gera vida. por isso, assim prossegue o teólogo Elias Wolff, “A inteiração entre humanismo e religião exige a relação entre direitos humanos e espiritualidade. A questão central a ser respondida é: como as religiões poderão contribuir para a promoção dos direitos humanos?”. (WOLFF, 2016, p. 72). Aqui vê-se a profundidade da citação do Papa Francisco e a importância da dimensão espiritual, sobretudo através das religiões, para uma economia que gera vida e vida em abundância para todos e todas.

Quando se pensa e se elabora uma política pública, não se tem como ponto de chegada apenas a solução para as questões imediatas, embora elas sejam de fato, a maior urgência. Mas é preciso que se pense o futuro das pessoas a médio e a longo prazo. É preciso que se tenha e se viva a esperança, na perspectiva de Paulo Freire como esperar. Assim, como a economia, mas não apenas no sentido estrito, mas questões econômicas de modo geral e o desenvolvimento econômico e social, está muito ligado às políticas públicas. Carece de planejamentos e prioridades orçamentárias e de estratégias governamentais que priorizem o alcance do Bem-Estar de toda a sociedade, mas sobretudo, das classes menos favorecidas.

A necessidade de oferecer um tratamento social é, nesse caso, próximo ao que Paulo Freire indicava como *Esperançar*, isto é, viver agora a esperança de ter um emprego e um futuro bem próximo; é o desejo, a esperança de ter trabalho amanhã sendo vividos hoje. Nesse sentido, identifica-se a possibilidade de um emprego de qualidade, por prazo indeterminado e com carteira assinada. Mas essa não é a finalidade do Opreação Trabalho. O beneficiário não tem nenhum vínculo trabalhista coma prefeitura de São Paulo e seus órgãos e o papel da prefeitura, por meio da SDTS, é o de combater a pobreza, colocando no caso do Opreação Trabalho, alternativas de capacitação e aprendizagem em sua recolocação no mercado de trabalho por meio dos programas do sistema de Alocação Pública de Trabalho. (POCHMANN, (Org.), 2002, p. 128).

---

2 Papa FRANCISCO. *Discurso aos Movimentos Sociais, em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, em 09/07/2015*. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/confira-a-integra-do-discurso--do-papa-francisco-no-encontro-mundial-dos-movimentos-populares/>. Acesso em: 1 dez. 2022.

As experiências de governos democráticos deixam enormes contribuições para políticas de inclusão social que prezem pelo desenvolvimento sustentável, que respeita o ambiente e a diversidade de vida. Talvez haja aqui, em nosso tempo, um entendimento desvirtuado de desenvolvimento. O conceito de progresso e de desenvolvimento tem sido mais baseado em números e estatísticas econômicas do que em melhorias concretas na qualidade de vida das pessoas e do planeta. Mais focado na produção e por vezes na exportação do que no consumo interno. O exemplo da prefeitura de São Paulo, sistematizado pela pesquisa organizada por Márcio Pochmann, apresenta elementos que apontam para a superação do assistencialismo.

**Programa Oportunidade Solidária.** Na estratégia de inclusão social, protagonizada pelo governo municipal por meio da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS), todos os envolvidos na sua implantação são desafiados a encontrar caminhos para resgatar, criar e amplificar a escala de práticas sociais e de governo que contribuam noutra direção que não o assistencialismo ou a institucionalização da pobreza. (POCHMANN, (Org.), 2002, p. 140).

Existe uma cultura assistencialista que é muito frequente e por vezes até predominante, mas que não se restringe às políticas públicas. Está presente nas pastorais, nas igrejas e nas demais entidades intermédias da sociedade. O assistencialismo até resolve as questões imediatas, de quem está com fome, por exemplo, mas costuma gerar dependências e vícios e que escravizam tanto quanto a fome. Por isso, a importância de se levar em consideração a restauração da pessoa na sua integralidade. Despertar os seus talentos, refazer as suas esperanças, torná-la de fato inserida na vida e nos processos de vida, dando-lhe oportunidades de desenvolvimento pessoal. Ao reencontrar-se como sujeito de direitos, como protagonistas de suas vidas, as pessoas se tornam cheias de razões para sonhar. E uma pessoa sonhadora leva outras pessoas a também sonharem. A isso se chama emancipação, autonomia e consciência de si e de mundo.

### **3.1 A política pública e a economia pensadas a partir de um desenvolvimento integral**

Outra política pública é possível e também necessária, e para isso, é preciso inovar na sua gestão, incluir novos paradigmas de gestão. A Economia Solidária é a alternativa que, embora em construção, já tem muitas experiências exitosas e que, a partir da participação popular, oxigena as reflexões, os encaminhamentos e transforma os resultados. De forma especial, a partir da ampliação do ângulo de visão do Estado e de um novo conceito de desenvolvimento, que não apenas considere, mas priorize as questões fundamentais como preservação ambiental, inclusão social e participação popular que fomenta em curto espaço de tempo, o Desenvolvimento Local Sustentável. Diga-se em tempo que a Economia Solidária carece de democracia e de gestões democráticas que saibam dialogar com a sociedade e ouvir a população.

Vale trazer-se presente a visão de mundo moderno e de desenvolvimento construída pelo Ensino Social da Igreja imediatamente ao pós-Concílio Vaticano II.

O Papa Paulo VI, assim propõe o que denomina-se de Desenvolvimento Integral, “O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico. Para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo (...)” (PP, nº 14). E prossegue o Papa que conduziu o Concílio Vaticano II, resgatando a ideia de um desenvolvimento que garanta ao mesmo tempo um humanismo necessário, “Pela sua inserção em Cristo vivificante, o homem entra num desenvolvimento novo, num humanismo transcendente que o leva a atingir a sua maior plenitude: tal é a finalidade suprema do desenvolvimento pessoal”. (PP nº 16). Conclua-se sem medo de parecer errôneo, que a economia atual tem grande contribuição na desumanização através, sobretudo, do consumismo e do lucro absolutizado. Porém, o que se defende aqui é que, uma vez humanizada a economia, humanizam-se as relações gerando colaboração e fraternidade.

Tem-se assim, uma crítica em certa medida sutil, mas por outro lado, muito incisiva ao modelo de desenvolvimento predominante na sociedade moderna que privilegia partes de alguns continentes, condenando outros ao subdesenvolvimento; dá preferência a determinada etnia, em detrimento do abandono de outras; ainda fundamenta o desenvolvimento dos países ricos, na exploração e por vezes na submissão dos países pobres, caracterizando o que se chama de nova colonização. Em outras palavras, para garantir-se o consumismo dos países ricos, nega-se aos países pobres o sagrado direito ao consumo mínimo necessário. E, não raro, negando-lhes a própria existência com dignidade.

A Economia Solidária tem suas bases na sabedoria popular e na solidariedade das comunidades, sobretudo cristãs, embora seja o jeito de viver dos Povos e das Comunidades Tradicionais. A sua essência se expressa em três pilares fundamentais: a) a produção solidária que preza sobretudo pelo cuidado com a natureza, preservando a todo custo os recursos naturais e o ambiente com a diversidade de vidas; b) o comércio justo, buscando valorizar com justiça e tratamento dignos toda a cadeia produtiva, quebrando o ciclo vicioso da economia capitalista em que a exploração do elo mais fraco é regra e o lucro é absolutizado; c) o consumo consciente em que se combate eticamente o consumismo, como uma patologia que gera desequilíbrio e causa desigualdade, garantindo o ter em excesso de alguns às custas do nada ter de muitos.

A economia Solidária, além de privilegiar as dimensões democrática, participativa e colaborativa, combate a competição cega em que desumanizam-se as relações, ignora-se a dimensão humana e naturaliza-se a meritocracia como justificativa da concentração da produção e da riqueza. Aliás, “A competição, enfatiza Maturana, é anti-social, hoje e outrora, porque implica a negação do outro, a recusa da partilha

e do amor. A sociedade moderna neoliberal, especialmente o mercado, se assenta na competição”. (BOFF, 2008, p. 111). No lugar da competição a Economia Solidária propõe a colaboração. Assim também, a partir de uma visão fatalista e do determinismo que atribui equivocadamente à vontade de Deus o sofrimento dos pobres, convence-se até os miseráveis que eles nasceram para ser miseráveis. A mudança de paradigma de gestão é uma ação revolucionária e desconstrói a falsa ideia de que exista um único jeito de se gerir as políticas e públicas e as empresas, experienciando a autogestão, por exemplo, como a gestão coletiva dos próprios trabalhadores e trabalhadoras.

Entre as várias linhas desta estratégia, uma delas volta-se especificamente para a inclusão socioeconômica, tendo como desafio desenvolver políticas públicas que estimulem alternativas autônomas e em autogestão popular para geração de renda e ocupação, que democratizem o acesso das comunidades mais carentes a instrumentos que lhes permitam uma cidadania e uma inserção ativas. Isso implica processar as políticas públicas não apenas como universalização de direitos e oportunidades, mas também como desenvolvimento de responsabilidades e comprometimentos dos próprios cidadãos com a construção dos programas e oportunidades aos quais estão ascendendo. (POCHMANN, 2002, p. 140).

Trata-se de garantir o protagonismo dos cidadãos e das cidadãs, bem como dos empreendimentos e dos movimentos sociais organizados. Por isso, o nome é Economia Solidária. Se a solidariedade chega à economia ou parte dela, tudo se faz mais possível e a relação política deixa aquele autoritarismo centralizado e que frequentemente é transformado em corrupção, expressando-se em transparência e transformação social. A relação, mais uma vez, ressalte-se, é colaborativa e recíproca. Os gestores públicos, as entidades sociais de apoio e os empreendedores sentam-se à mesma mesa e constroem dialeticamente planos e projetos consistentes, duradouros e, sobretudo, que geram o desenvolvimento local sustentável. Este é um caminho feito pelas gestões democráticas, com forte presença no campo da esquerda política, que tem se revelado eficaz na superação da miséria, do assistencialismo que gera dependências e opressão. Tanto que as inúmeras oficinas, seminários e conferências que contribuíram grandiosamente para a construção de conceitos e objetivos, a classificou como, Economia Popular Solidária.

A Economia Popular Solidária é sinônimo de protagonismo popular porque cria oportunidades e uma vez democratizada a economia, democratiza-se o acesso aos recursos e gera-se inclusão. A Economia Solidária, a partir das experiências vividas, tem apresentado algo diferente no trato com o ser humano como um ser complexo e por que não cercado de mistérios. Assim, uma visão integral que veja, reconheça e sobretudo cuide do ser humano e sua integralidade, é um passo importante para se falar em direitos humanos e no ser humano em si, como um ser de direitos. A integralidade humana aqui refere-se ao que o psiquiatra Viktor Emil Frankl define como totalidade. Este é o mérito, ou ao menos um dos méritos da Economia Solidária: não tratar o ser humano e sua constituição de forma fragmentada. As necessidades biológicas, assim

como os Direitos Humanos Fundamentais são via de regra, iguais a todos os seres humano. E não podem, portanto, ser fragmentados.

Pelo fato de o ser humano está centrado como indivíduo em uma pessoa determinada (como centro espiritual existencial), e somente por isso, o ser humano é também um ser integrado: somente a pessoa espiritual estabelece a unidade e totalidade do ente humano. Ela forma essa totalidade como sendo bio-psíquico-espiritual. Não será demais enfatizar que somente essa totalidade tripla torna o ser humano completo. Portanto não se justifica, como frequentemente ocorre, falar do ser humano como uma “totalidade corpo-mente”; corpo e mente podem constituir uma unidade, por exemplo, a “unidade” psicofísica, porém, essa unidade jamais será capaz de representar a totalidade humana. A esta totalidade, ao ser humano total, pertence o espiritual, e lhe pertence como a sua característica mais específica. Enquanto somente se falar de corpo e mente, é evidente que não se pode estar falando da totalidade. (FRANKL, 2007, p. 23)

Incluir a totalidade humana e a diversidade de realidades, culturas e circunstâncias, não é exagero e tampouco excesso de zelo. Antes, é tratar com respeito e com cuidado o ser humano na sua integralidade e complexidade. A Economia Solidária tem esta preocupação, inclusive concebe o ser humano em harmonia com a terra e com a diversidade de vida. cuidar de uma é cuidar de todos.

A economia popular solidária, por sua vez, em suas múltiplas formas de organização, tem ocupado lugar de destaque na agenda política e organizativa de vários segmentos da sociedade civil e de governos (ex.: prefeituras de Porto Alegre/RS, Recife/PE, Belém/PA entre tantas outras, assim como o governo do estado do RS), porque também tem sido uma estratégia eficaz de enfrentamento ao desemprego – em particular entre os mais marginalizados pelo sistema formal, mas também porque tem aparecido como um ensaio de um novo ordenamento econômico, centrado no ser humano e seu desenvolvimento. Dessa forma, mais que uma resposta à crise do emprego no capitalismo, as práticas de economia solidária resgatam estratégias comunitárias e da cultura popular que podem criar relacionamentos sociais mais sustentáveis em todas as dimensões do convívio humano. É salutar investir em estratégias de economia popular solidária numa metrópole como São Paulo, carente não apenas de empregos, mas também de espaços comunitários e públicos que possam ser reintegradores e permitam uma sociabilidade afirmativa de valores democráticos e da cidadania. (POCHMANN, 2002, p. 141/142).

Uma economia que gera vida e transforma realidade, precisa antes de tudo, transformar mentalidades, formas equivocadas e predatórias de pensar e organizar o mundo e suas relações. As experiências de Economia Solidária como Política Pública, comprovam a possibilidade de restabelecer uma relação fraterna de trabalho, de produção e com o planeta.

#### **4 CASA COMUM É CASA HABITADA EXIGE DIREITOS E CONVIVÊNCIA EM HARMONIA**

Cresce na sociedade organizada a consciência de que a terra é a nossa casa e que ela é não apenas a nossa casa comum, mas a única. Se a casa é comum, o acesso à

casa e aos direitos de uso de seus compartimentos e bens também deve ser garantido a todos e todas de forma equânime. As questões envolvendo o cuidado do planeta se dão dentro de uma perspectiva de espiritualidade e em grande parte no ambiente religioso. No interior das religiões. Embora muitas denominações religiosas até hoje ainda não se envolvam com a ecologia e com as discursões sobre as graves questões ambientais, as Igrejas que constroem relações ecumênicas são protagonistas desta utopia. As Igrejas que compõem o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC – organizaram e levaram à cabo a Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2016. “Isso se deu, porque o movimento ecumênico está marcado pela ação e pelo desafio de construir uma Casa Comum (*oikoumene*) justa, sustentável e habitável para todos os seres vivos”. (CNBB, 2015, nº4).

#### **4.1 A ecologia como a ciência do bem-viver nos exige uma espiritualidade poética**

É fundamental destacar-se uma definição de ecologia feita pelo Teólogo Franciscano Leonardo Boff. “A ecologia (ciência do bem-viver na casa planetária comum) transforma-se em ecosofia (sabedoria do buen vivir da cosmovisão andina o bem-viver e conviver com todos os existentes)”. (BOFF, 2025, p. 423). Deste conceito de ecologia decorre as compreensões e as ações, sobretudo cristãs que constroem, ou resgatam uma concepção ecumênica de espiritualidade. A afirmação de uma convicção de Deus como Pai, e pai de toda a criação, só pode exigir de nós uma relação de irmandade. É o que sugere Leonardo Boff, tendo como referência ecologia, a poesia e a espiritualidade de São Francisco de Assis.

Tais convicções de fé não ficaram asserções dogmáticas, mas comoções do coração. Se temos a mesma origem comum, no coração do Pai que tem uma característica de Mãe, então, somos todos filhos e filhas. Se filhos e filhas, então somos todos irmãos e irmãs, a galáxia mais distante, o vírus mais indecifrável, os dinossauros mais mastodônticos, os colibris, os Yanomami e os chefes de estado que decidem os destinos da terra. Todos somos irmãos e irmãs e estamos sob o mesmo arco-íris da graça de Deus e na mesma casa paterna e materna. (BOFF, 2015, p. 428).

O cenário revelado na reflexão acima, é um convite para se refletir sobre o paradoxo que marca a conjuntura do planeta terra nesse tempo de comunicação avançada, de tecnologia de altíssima qualidade e de grande produtividade de bens de alto valor agregado, inclusive de alimentos, mas de forte presença da indiferença. Por que tanta gente tem negado o direito à alimentação, à moradia, a um trabalho e até mesmo à água para beber? A exclusão tem sua origem e sua sobrevivência a partir de uma visão egoísta e acumuladora dos bens e das riquezas que a terra tem e produz. Mas também é igualmente de um conceito equivocado de progresso e de desenvolvimento. “A busca do progresso e da acumulação de riquezas pressupõe dominação da natureza e exploração de seus bens e serviços de forma ilimitada e sem qualquer cuidado com os limites dos ecossistemas, e sem solidariedade para com as futuras gerações”. (BOFF, 2013, p. 71/72).

## **5 DA DEPREDÇÃO DA NATUREZA A DEPREDÇÃO DA VIDA HUMANA: MAS AINDA NOS RESTA ESPERANÇA**

A concepção de progresso e de desenvolvimento levando-se em conta apenas as dimensões econômica e tecnológica, não apenas pressupõe, mas naturaliza a exclusão de multidões que têm negado o direito ao acesso ao estudo, à pesquisa, à informação, à tecnologia e de modo muito grave, vivem uma exclusão digital, além, evidentemente, como já foi dito, da exclusão econômica e social. A pandemia da COVID-19 desnudou os governos nos três níveis, municipal, estadual e federal, denunciando a exclusão digital das famílias pobres, tendo seus filhos impossibilitados de participar das aulas online, por falta de internet. E não se está falando apenas dos rincões, dos lugares distantes, ou das localidades pequenas e com poucos habitantes.

Nas capitais, sobretudo nas periferias, encontra-se a não cidade, onde as ausências se fazem presentes de forma constante. Ali o neoliberalismo, na sua perspectiva meritórica e excludente, deu certo. O Estado é a maior ausência e o consumo mais visível são as vidas e de modo especial as vidas das juventudes, sobretudo negras. As ditas reformas, termo mais frequente nos Movimentos Sociais e Populares e da pauta das Esquerdas, se caracterizam como deformas, frequentes na pauta neoliberal e desregulam os direitos as esperanças e a vida e suas possibilidades. Na linha do sociólogo Emir Sader,

Com a mudança de período, prevalecendo projetos de caráter regressivo – neoliberal, desregulador, privatizante –, a direita apropriou-se do próprio conceito de reformas, que passaram a significar, no consenso dominante, desarticulação do papel regulador do Estado, liberalização econômica, abertura de mercados, precarização das relações de trabalho. (SADER, 2009, p. 128/129).

As ações do ser humano com relação à natureza, confirmam uma capacidade e até pode-se dizer, uma índole destrutiva. Colocando-se à frente das outras formas de vida e frequentemente sobrepondo-se a elas, deixa um rastro de destruição e se revela um destruidor. A partir de uma leitura teológica, mas especialmente, a partir de uma espiritualidade ecumênica e libertadora, tendo-se o paradigma de cuidado como referência cristã, o ser humano pode desvirtuar sua vocação e exercer a função do maligno. “O ser humano mostrou que pode depredar o ecossistema e se tornar o satã da Terra, quando, na verdade, sua vocação é ser anjo bom que cuida e protege”. BOFF, 2013, p. 79).

A questão da depredação do ecossistema já se faz grave por si só, mas além de vê-se a naturalização da destruição da natureza, como se esse fosse o único jeito de promover desenvolvimento e gerar progresso – como se fosse possível assim nominá-lo –, vê-se a naturalização desta prática. Ainda, como ato contínuo, na sanha consumista de acumular riquezas, as classes dominantes, porque são estes segmentos que

detém o poder necessário às decisões: poder político, financeiro e de conhecimentos, cometem as mesmas violências e os mesmos crimes contra seus semelhantes.

### **5.1 A mentalidade consumista e a esperança de outro mundo possível**

Se não nos envergonhamos por praticar atos horrendos como arremessar todo tipo de coisas pelas janelas dos carros, pouco importando o lugar, se numa avenida, numa praça ou numa rodovia; se não nos constrangemos com dezenas de milhares de pessoas – seres humanos nossos semelhantes – mendigando pelas ruas, calçadas e praças, refugiando-se sob as marquises; se não nos constrangemos ao jogarmos esgotos sem tratamento nos rios, lagos e oceanos; igualmente naturalizamos e convivemos com crimes hediondos como o feminicídio, a misoginia, a homofobia e pasmemos-nos, a pedofilia. Rotula-se e estigmatiza-se o outro, como forma de blindar-se daquilo que ainda, mesmo que no subconsciente, nos toca. Este é um sinal de esperança.

São diversas as formas de exploração, de segregação e cada vez mais frequentes de escravidão. Vê-se, realmente um estado de acomodação que naturaliza até mesmo as catástrofes. De modo que nos incomodamos apenas por algumas horas, no máximo por alguns dias, dependendo do intervalo até a próxima calamidade. Tornamo-nos incapazes de ver um ser humano empobrecido, no sentido de reconhecer nele um semelhante. Talvez seja disso que fala o sociólogo polonês, Zygmunt Bauman, ao apresentar um retrato comportamental do ser humano e de sua pouca capacidade de compaixão, frente às catástrofes e aos sofrimentos.

Corremos a ajudar as vítimas de uma catástrofe numa suspensão momentânea de nossa rotina cotidiana habitual, num estilo carnavalesco, apenas para retornar a essa rotina após o envio do cheque. A própria brevidade do apelo nos tira do equilíbrio e da equanimidade e nos estimula á ação (tão breve quanto o apelo). Sob a tirania do momento, porém, instala-se a “fadiga da compaixão”, esperando que um novo choque venha rompê-la, mais uma vez por um momento fugaz. (BAUMAN, 2014, p. 55)

A mentalidade consumista é caracteristicamente depredadora. Primeiro depreda as coisas, os animais, as fontes e florestas. Segundo, mas com a mesma indiferença e com as mesmas motivações: ganância, indiferença e egoísmo, rebaixa o próprio ser humano ao status de coisa, pois, assim, como já o fizera com as outras espécies, coisa não tem dignidade. Coisa não tem direitos. Coisa é para ser usada. Coisa é para ser descartada quando não tem mais utilidade. Destaque-se a depredação da esperança que é mais perigosa e vive ataques sucessivos. Estas são as consequências de uma economia utilitarista e, portanto, desumana e desprovida de esperança e de compaixão. Porém, seguindo a deixa de Zygmunt Bauman, é preciso manter-se viva a esperança. Ainda é possível mudar o curso das políticas e dos investimentos e especialmente dos interesses egoístas e dar-se uma chance.

Diante da política como arma de dominação, de poder econômico, existem ferramentas que constroem arados, em vez de canhões, remédios em vez de mísseis. Indispensável, embora necessário, trazer-se presente os pequenos grupos e as iniciativas de resistência. A partir da prática e da amorosidade consequente destes pequenos grupos de resistência, em que a política mantém-se como um jeito amoroso de se alcançar o Bem-Viver. O Movimento Ecumênico, nas Religiões; a Economia Solidária; a Agricultura Familiar, com a defesa e a preservação de Sementes Crioulas e Alimentos Orgânicos. Entre outros. Estes atores, protagonistas de um outro mundo possível, têm e utilizam outras armas, que são na verdade, ferramentas. “Na verdade, Havel tinha apenas três armas para usar em seu esforço de mudar a história: esperança, coragem e obstinação armas que todos nós possuímos em maior ou menor grau”. (BAUMAN, 2014, p. 104). Para garantir-se os Direitos Humanos Fundamentais, incluídos os Direitos da Terra, é preciso ativar estas armas – ferramentas de construção de um mundo fraterno que seja a Casa Comum de todas as espécies.

A consolidação dos projetos depredadores da natureza e da vida como um todo, na América Latina, depende das decisões políticas. Especialmente depende da vitalidade da democracia que, por sua vez, depende diretamente da maturidade política de sua população. Igualmente, a ruptura ao autoritarismo centralizador e depredatório, assim como a retomada de governos democráticos populares, e consequentemente o retorno das políticas sociais de inclusão, depende da capacidade de eleger e sustentar governos democráticos e sensíveis às questões de sustentabilidade.

A onda de negação da política vem trazendo uma anomalia às gestões dos Estados e do governo central. Em grande parte, isso se dá devido à alienação – o analfabetismo político das populações –; ao abuso de poder econômico e mais recentemente às fake news – notícias falsas – que são propagadas em massa por diversas motivações: ingenuidade, má fé e descompromisso ou desilusão com a política. Ressalte-se que existe na própria mídia privada, a chamada grande mídia empresarial, uma ação deliberada de desacreditar a política e os políticos. A grande mídia empresarial representa os interesses das elites política e econômica que, embora não sejam hegemônicas, mandam.

É importante destacar-se o enfraquecimento das reflexões de esquerda, intelectuais formadores de opinião: sociólogos filósofos, teólogos, cientistas políticos, entre outros que têm o dom e a coragem de apontar caminhos e iluminar os passos dos Movimentos Sociais Organizados. Estes, por sua vez, fazem o Trabalho de Base formando Consciência Crítica e qualificando a construção da Democracia Cidadã. Esta receita é que costuma conter remédios – vacinas preventivas – para as aventuras e os casuísmos sempre tão maléficos a vida sobretudo dos mais pobres. Exemplo a ser citado é o sociólogo Emir Sader, que também profetiza ao escrever sobre a conjuntura e as possibilidades de sua mudança.

Pode se prever que os próximos grandes enfrentamentos na região se darão nos processos de eleição ou reeleição dos atuais governantes dos países que participam dos projetos de integração regional, objetivo para o qual apontam tanto as forças atualmente governantes quanto as ofensivas das direitas locais. Sucessões como as do Uruguai (2009), da Bolívia (2009, conforme a nova Constituição), do Brasil (2010), da Argentina (2011) e da Venezuela (2012) definirão se o espectro atual de governos progressistas terá continuidade – condição necessária, embora não suficiente, para que a fisionomia da região na próxima metade do século XXI seja definida a partir desse campo de enfrentamentos – ou as e a direita voltará à cena. (SADER, 2009, p, 171).

Desnecessário, mas importante dizer que a inclusão social, o desenvolvimento com preservação da diversidade de vida e a garantia de consumo daquilo que é essencial à vida, estão e são relacionados aos governos de esquerda. Enquanto que a concentração de renda, a depredação dos recursos naturais e a destruição ambiental, assim como a exclusão social o empobrecimento da população e a destruição de Direitos Humanos Fundamentais, a começar por Direitos Trabalhistas e Seguridade Social estão diretamente relacionados a governos de direita. Acrescente-se o assistencialismo como uma prática da direita, algo falsamente adocicado.

A direita e seu neoliberalismo ideológico e midiático, especialista em narrativas enganosas relacionam o progresso com as cifras, com os números econômicos que são exatamente as causas da exclusão das maiorias pobres. Superávit, lucros que se destinam aos mesmos cofres e aumentam dia após dia a miséria e os miseráveis. E mais uma vez, ressalte-se a importância dos intelectuais que respiram o mesmo ar da população e sabem-se tão humanos quanto eles. “José Carlos Mariátegui, que latino-americanizou o marxismo, denuncia em seus escritos o culto supersticioso da ideia de progresso, o que foi retomado, no Brasil, por Caio Prado Jr. E Florestan Fernandes” (BETTO, 200, p. 153). Progresso se ver pela qualidade de vida da população e pelo nível de proteção à natureza, não apenas pela produtividade ou pela balança comercial. O fato é sabe-se pouco, muito pouco, quase nada, sobre os mistérios e os encantos que envolvem a vida neste planeta azul. O cientista Marcelo Gleiser faz importantes apontamentos,

Aprendemos muito sobre nossa posição no Universo e do que somos feitos. Instrumentos fabulosos ampliaram nossa visão de mundo, abrindo portas para realidades muito além dos nossos sentidos. aprendemos também que pouco sabemos, e que muito do que existe permanecerá além da nossa compreensão. Nosso alcance é amplo, mas limitado. A ciência nos revela como a natureza funciona e não como gostaríamos que funcionasse. Curiosos, deixamos nosso planeta natal, enviando sondas através do sistema solar, descobrindo mundos muito diferentes do nosso, magníficos, mas desolados, indiferentes à vida. por muito tempo, talvez por tempo demais, buscamos harmonias que não existem; buscamos, também, por companhias nos céus – divina ou extraterrestre, que aliciasse os temores de nossa existência. Mas dado o que aprendemos, e as dificuldades que nos afrontam neste século, devemos aceitar o

quanto antes nossa solidão cósmica; se não em termos absolutos – ao menos em termos práticos. Ao contrário do que tantos pensam, essa solidão não deve ser motivo de angústia. Ela nos torna especiais, únicos. E cria um novo propósito para a humanidade, redefinindo nossa missão cósmica. (GLEISER, 2010, p. 336/337).

É a hora de voltar-se para a terra, sentir-se terra, sentir gratidão por ela e ao mesmo tempo, olhar-se para os outros humanos, nossos semelhantes e juntos, e juntas, refazer-se a aliança do cuidado mútuo.

## 6 CONCLUSÃO

Ao chegar-se ao fim de uma pesquisa, é de fundamental importância que se possa dizer: valeu! Este artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica e de uma experiência eclesial, cristã e trouxe crescimento e esperança ao seu autor. A insistência de manter-se o tom crítico justifica-se diante de uma realidade de exclusão, de fome e de morte em um país como o Brasil cercado de riquezas e de recursos naturais, mas também científicos e técnicos. Sobretudo, de altíssimos índices de produção e de produtividade que contrastam com a exclusão social e com a destruição do ecossistema. Sobra comida e aumentam os famintos; abundam os estudos e as pesquisas apontando para a devastação do planeta e faltam atitudes políticas que deem um basta à sana gananciosa do lucro a qualquer custo. Este assunto precisa ser mantido em discussão e ao mesmo tempo não pode ficar apenas em discussões, porque, o planeta grita e geme. Porque populações inteiras, sobretudo nas periferias das grandes cidades, clamam por dignidade. E as gerações futuras também têm o direito a ter rios com água limpa, diversidade de flores e abelha fazendo mel de diversos sabores. O ser humano vem se fazendo o algoz, o satã da criação, mas a sua vocação cristã, pois estamos em um país com mais 80% que se declara cristã, e a sua missão recebida é de cuidador. Ainda dá tempo de recomeçarmos, de mudarmos os hábitos consumistas, de vencermos a indiferença e estabelecermos uma relação de irmandade com a terra e com toda a criação.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt.; DONSKIS, Leonidas. **Cegueira moral**: a perda da sensibilidade na modernidade líquida. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014.

BETTO, Frei. **A mosca azul**: reflexão sobre o Poder. Rio de Janeiro-RJ: Rocco, 2006.

Bíblia Sagrada. **Tradução Ecumênica da Bíblia**: TEB. São Paulo: Editora Loyola, 1994.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar**: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 15<sup>a</sup> ed. 2008.

BOFF, Leonardo. **O cuidado necessário**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2ª ed. 2013,  
BOFF, Leonardo. **Ecologia grito da terra grito dos pobres: dignidade e direitos da mãe terra** – edição revista e ampliada. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2015.

CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Texto base da campanha da fraternidade de 2023: fraternidade e fome – dai-lhes vós mesmos de comer** – (Mt 14,16). Brasília-DF: Edições CNBB, 2022.

CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Texto base da campanha da fraternidade ecumênica de 2016: casa comum, nossa responsabilidade – quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca** (Am 5,24). Brasília-DF: Edições CNBB, 2016.

CONCÍLIO Vaticano II. **Constituição pastoral do concílio Vaticano II gaudium et spes: sobre a Igreja no mundo de hoje**. São Paulo: Editora Paulinas, 10ª ed. 1998.

FRANKIL, Viktor E. **A presença ignorada de Deus**. São Leopoldo-RS: Editora Sinodal, 10ª ed. 2007.

GALLAZZI, Sandro; RIZZANTE, Anna Maria. **Envia teu espírito e haverá criação: reflexão sobre ecologia e bíblia**. São Leopoldo-RS: Editora CEBI, 2017.

GLAISER, Marcelo. **Criação imperfeita: cosmo, vida e o código oculto da natureza**. Rio de Janeiro-RJ: Editora Record, 4ª ed. 2010.

HANSEN Jean Poul. **Fome, economia e partilha: três chaves de leitura para a CF-2023**. Artigo publicado no DOSSIÊ da Revista Encontros Teológicos | Florianópolis | V.37 | N.3 | Set.-Dez. 2022 | p. 687-701. PDF disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/1749/1418> . Acesso em: 13 de fev. de 2023.

PAPA Francisco. Carta Encíclica **LAUDATO SI'** (LS) – Sobre o Cuidado da Casa Comum. Brasília-DF: Edições CNBB, 2015.

PAPA Paulo VI. Carta Encíclica de sua Santidade o Papa Paulo VI **Populorum progressio**; sobre o desenvolvimento dos povos. São Paulo: editora Paulinas, 12ª ed. 1990.

POCHMANN, Márcio. (Org.). **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo: Editora Cortez, 2022.

SADER Emir. **A nova toupeira**. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.

WOLFF, Elias. **Espiritualidade do diálogo inter-religioso: contribuições na perspectiva cristã**. São Paulo: Editora Paulinas, 2016.